

Vozes dissonantes: análise do jornal Folha de S. Paulo e de pesquisas do Ibope no golpe civil-militar de 1964

*Luiz Antonio Dias**

Resumo:

Analisamos a participação jornalística da *Folha de S. Paulo* no golpe civil-militar de 1964, discutindo sua cobertura política no período que precede o golpe e, também, no momento imediatamente posterior à deposição do presidente João Goulart. Apresentamos, ainda, pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), para promover uma discussão e comparação entre essas “vozes dissonantes”: de um lado, o jornal, de outro, a opinião pública.

Palavras-chave:

Golpe de 1964; *Folha de S. Paulo*; Ibope.

Dissonant voices: analysis of the Folha de S. Paulo newspaper and the Ibope pollster in civil-military coup in 1964

Abstract:

This article discusses the role of mainstream newspaper *Folha de S. Paulo* during the civil-military coup of 1964. We describe its political analysis before the coup and the coverage of President Goulart's deposition. Finally, the paper discusses a poll conducted in 1964 by Brazilian Institute of Public Opinion (Ibope) in order to compare the “dissenting voices”: on one hand, *Folha de S. Paulo*, on the opposite side, the public opinion.

Key words:

1964 Military Coup; *Folha de S. Paulo*; Ibope.

* Doutor em história social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor da Universidade de Santo Amaro, do departamento e da pós-graduação em história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: ladias@puccsp.br. Agradeço à PUC-SP pelas horas de pesquisa concedidas (2013-2014) para o Projeto “O golpe impresso: análise da participação dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* no golpe civil-militar de 1964”.

Nesse artigo, analisamos a ação da imprensa no golpe civil-militar de 1964, em especial a atuação do jornal paulistano *Folha de S. Paulo*. Discutimos se este jornal criou – ou apenas difundiu – uma ideia generalizada, entre as camadas médias e setores conservadores da sociedade civil, de que o país avançava para o caos – inflação crescente, quebra de hierarquia nas Forças Armadas, avanço comunista, ampliação exagerada de benefícios às camadas populares etc.

Utilizamos como fontes primárias editoriais, manchetes e matérias veiculadas pela *Folha* entre outubro de 1963 e abril de 1964. Nesse recorte cronológico, analisamos a atuação do jornal durante o período em que o presidente João Goulart solicitou a proclamação de um estado de sítio – pedido retirado logo em seguida – e os dias seguintes ao golpe. Levantamos todas as referências, diretas e indiretas, ao governo Goulart e selecionamos algumas, consideradas mais emblemáticas e relacionadas aos temas discutidos nesse artigo, para uma análise mais detalhada.

A *Folha de S. Paulo* era, em 1963, o jornal mais lido no estado de São Paulo. Havia trocado de mãos em agosto de 1962, passando à responsabilidade de Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. O grupo “Frias-Caldeira” promoveu uma modernização do jornal, reorganizando a estrutura financeiro-administrativa e tecnológica. Além disso, buscou uma maior definição política, distanciando-se do “centralismo imparcial” defendido pelo grupo anterior.

Utilizamos, também, como fontes primárias quatro pesquisas de opinião pública, com temas políticos, realizadas nesse mesmo período pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). Escolhemos – dentre as várias pesquisas feitas entre outubro de 1963 e abril de 1964 – uma realizada na Guanabara, duas feitas na cidade de São Paulo e uma pesquisa nacional. Cabe destacar que os resultados de duas dessas pesquisas analisadas – uma de São Paulo e a nacional – não foram divulgados em 1964.

O Ibope foi fundado em 1942, por Auricélio Penteadado, homem ligado aos meios de comunicação, e transformou-se em um dos mais poderosos grupos de levantamento de dados sobre opinião pública. A partir de 1950, o comando do Instituto passou para as mãos de Paulo Tarso Montenegro. Rivalizando com alguns jornais e rádios – que também realizavam pesquisas de opinião, sobretudo em períodos eleitorais –, o Ibope ganhou notoriedade na década de 1950 por acertos e, também, por denúncias sobre manipulação e venda de resultados. A primeira dessas suspeitas recaía sobre pesquisas que apontavam a vitória de Adhemar de Barros para o governo paulista, em 1954. Estas pesquisas, além de errarem o resultado das eleições, foram denunciadas pela imprensa como manipuladas para atender aos interesses do candidato. Tais suspeitas, entre outras, não impedem a utilização desse material com fonte histórica, apenas indicam os cuidados que devemos tomar na compreensão das forças sociais, políticas e econômicas que operam sobre esses institutos, pois “os limites da prática científica estão, como sempre, mas em diferentes graus, inscritos em essência nas coações que pesam sobre a instituição e, através dela, sobre o espírito daqueles que dela participam” (BOURDIEU, 2004, p. 228).

Em 1989, a Coleção Ibope foi doada ao Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp, e tornou-se uma excelente – e acessível – fonte de pesquisa para buscarmos compreender a opinião popular sobre os mais diferentes temas e produtos.

Entender o significado e importância dos jornais é fundamental para compreendermos sua participação no golpe civil-militar de 1964, que teve – apesar de várias interpretações distintas¹ – um forte caráter de choque de classes. Acreditamos que as reformas propostas por João Goulart causaram grande insatisfação entre empresários, por exemplo; além disso, é nítido o crescimento da oposição desse grupo ao governo, na medida em que Goulart “radicalizou” seu discurso, justamente no final de 1963.

Jornais são empresas que, como outras, visam ao lucro, portanto, não é improvável – apesar de condenável – que em alguns momentos se tornem aliados de governos, ou políticos, que possam contribuir para o aumento desse lucro. Não podemos esquecer que a estrutura de uma sociedade é formada por uma rede de interesses políticos e econômicos, ou seja, o apoio dado por um jornal a um político pode render verbas publicitárias a este jornal, ou mesmo linhas de crédito mais acessíveis, portanto, na análise desse documento sempre

1 Nesse sentido, Lucília de Almeida Neves Delgado, na obra organizada por Daniel Aarão Reis *et al.* (2004), aponta algumas possibilidades de interpretação do golpe. Temos as explicações estruturalistas e funcionais da década de 1970, que reforçam a ideia de uma crise do capitalismo, de um capitalismo atrasado; assim, o golpe de 1964 seria inevitável, pois estrutural. Outra explicação estaria vinculada à ideia de um caráter preventivo do golpe, uma tentativa de evitar um golpe das esquerdas ou de Goulart. Temos, também, análises vinculadas a uma visão conspiratória, que congregava vários setores civis e os militares, além dos Estados Unidos, defendida por Dreifuss (1981), por exemplo, que acredita que o golpe foi o resultado da organização dos setores conservadores para conter os avanços das camadas populares. Para finalizar, temos a tese de falta de compromisso com a democracia, tanto por parte das direitas como das esquerdas. Assim a radicalização do momento e uma crise política, dificultando a ação conciliatória de Goulart, foram fundamentais para a ruptura democrática.

importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos (LUCA, 2006, p. 140).

Outro ponto relevante é o ideário político, as convicções pessoais do dono do jornal e dos jornalistas. A imprensa – por meio dos proprietários, editores e jornalistas – determina o que será “notícia” e como o episódio será noticiado. Cabe ao historiador, a partir de instrumental teórico-metodológico, discutir e problematizar essa narrativa, tentar entender o que tornou esse ou aquele episódio em “notícia”.

Devemos, também, analisar a posição dos leitores, já que existe uma grande distância entre o que “foi dito” pela imprensa e o que foi entendido e aceito pelo público. Portanto, é necessário tomar alguns cuidados com a ideia de manipulação exercida pelos meios de comunicação. O leitor não pode ser visto como uma massa amorfa, que pode ser “moldada” contra seus próprios interesses, pois: “Os textos não (...) se inscrevem no leitor como o fariam em cera mole.” (CHARTIER, 1990, p. 25) Acreditamos que o jornal atinja, sobretudo, o seu próprio grupo, ou seja, as pessoas que já pensam de forma parecida à do veículo. A imprensa atuaria mais no sentido de reforçar uma percepção que o indivíduo possui da situação. Seria, portanto, apenas um respaldo, uma confirmação da sua opinião.

Em relação às pesquisas do Ibope que foram analisadas, também procuramos entendê-las como um produto social. É importante tomá-las como tomamos todos os outros documentos históricos, com rigor e criticidade. Assim, devemos evitar ver esse material como espelho da realidade. Estas pesquisas – a despeito de a grande maioria não indicar quem as encomendou – estavam ligadas às expectativas e necessidades dos clientes, portanto, poderiam carregar em seu cerne desvios por interesses diversos. Além disso, sabemos que uma pesquisa de opinião, em alguns casos, “não medirá nada além do efeito exercido pelo instrumento de medida: isso é o que acontece sempre que o pesquisador impõe aos entrevistados uma problemática que não é a deles – o que não os impedirá de responder a ela, apesar de tudo, por submissão, por indiferença ou por pretensão” (BOURDIEU, 2004, p. 224). Contudo, apesar desses problemas e limitações, acreditamos que essas pesquisas podem indicar algumas tendências do período.

A *Folha de S. Paulo*, ao longo de sua história, gastou muito papel e tinta para propagar a ideia de uma “ameaça comunista”. O jornal, também, sempre apresentou críticas severas ao populismo, que muitas vezes foi utilizado como sinônimo de “getulismo”, de “comunismo” e de “janguismo”. Em 1956 o jornal esteve ao lado das Forças Armadas, na tentativa de impedir a candidatura de Juscelino Kubitschek, que possuía vários aliados getulistas. Porém, o grupo *Folhas* reprovou o movimento civil-militar que articulava um golpe contra a posse de Juscelino, demonstrando outro traço peculiar: o legalismo.

Segundo Motta (2002), a criação de um imaginário anticomunista no Brasil existe desde o início do século XX, no entanto, em alguns momentos ganhou mais força, sobretudo após a Revolução Russa de 1917. Com o episódio de 1935, a luta anticomunista e as denúncias se ampliaram, o problema que estava “longe” agora havia chegado ao Brasil. Na década de 1960, a ideia de infiltração comunista ganhou mais espaço. Acreditava-se que os comunistas ocupavam várias áreas do governo e da sociedade. A lembrança de 1935 acabou se transformando em uma importante arma anticomunista na década de 1960 (MOTTA, 2002, pp. 83-4). A vitória da Revolução Cubana contribuiu para o fortalecimento dos grupos comunistas, mas, também, de grupos anticomunistas em toda a América Latina. Assim, analisamos o avanço desses grupos, mas, principalmente, a ideia de “ameaça comunista” veiculada pela *Folha*.

No final de década de 1950 e início da década seguinte esta oposição ao populismo – e ao comunismo também – se radicalizou e as críticas tornaram-se mais ásperas. Devemos destacar, nesse momento, as relações do periódico com dois órgãos extremamente importantes no período: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad).

Esse complexo – Ipês/Ibad – coordenava uma ampla campanha política e ideológica contra o governo do presidente João Goulart por meio de *lobby* no Congresso, apoio material e financeiro às passeatas e manifestações de repúdio aos atos do governo e, principalmente, por farta distribuição de material ideológico com conteúdo anticomunista. Segundo Dreifuss (1981), o complexo chegou a distribuir cerca de 2.500.000 livros e cartilhas “pedagógicas”, em que eram demonstrados os perigos da “ameaça vermelha”.

O grupo tinha forte ligação com os grandes meios de comunicação, especialmente com o jornal *O Estado de S. Paulo*, *Organizações Globo*, *TV Record*, *Jornal do Brasil* e, também com o grupo *Folhas*. Otávio Frias, diretor financeiro do grupo *Folhas*, foi figura de destaque dentro do Ipês. (DREIFUSS, 1981, p. 527).

Além, portanto, das opiniões e convicções dos donos dos veículos de comunicação, devemos considerar nas análises as fortes pressões econômicas para que atuassem contra o governo Goulart. Divergências com grupos tão poderosos, como o complexo Ipês/Ibad e a Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), poderiam ser prejudiciais às metas de crescimento das empresas jornalísticas. Assim, é muito importante observar a força que os anunciantes

exercem sobre o jornal. A publicidade que “comanda” o jornal, no que diz respeito à distribuição das matérias pode – em um segundo momento e de forma menos explícita – comandar a linha política dos jornais.

Desde a posse, Goulart lutou a fim de recuperar os poderes presidenciais, tentou desarmar seus opositores e acentuou sua devoção ao sistema democrático. A esquerda se mobilizou para a antecipação do plebiscito, pois seria a única forma de alçar João Goulart, de fato, ao poder. Esta campanha mobilizou todos os segmentos da sociedade que, em 1961, haviam lutado para garantir a posse do presidente João Goulart. O Congresso cedeu e o plebiscito foi marcado para 6 de janeiro de 1963.

Ao longo de 1963, as críticas e cobranças ampliaram-se. De acordo com o jornal, o país avançava a passos largos para o caos político, econômico e militar. O crescimento constante da inflação – 43,5% em 1961; 61,72% em 1962 e 80,53% em 1963 (FIPE, 2014) – a queda do PIB – 8,6% em 1961; 6,6% em 1962 e 0,6% em 1963 (IBGE, 2014) –, as greves se ampliando e a insubordinação de militares foram elementos importantes na construção dessa visão.

As críticas lançadas pelo jornal à tolerância do governo com a Revolta dos Sargentos, ocorrida em Brasília em setembro de 1963, foram contundentes. “Mais uma vez a ordeira e trabalhadora população deste país é colhida pela sombria notícia de um levante contra o poder constituído. Grupos de militares, cujas armas deveriam servir exclusivamente para a defesa das instituições (...) se voltam (...) contra uma decisão da mais alta corte do país.” (FSP, 13 set. 1963, Editorial).

Posteriormente, no dia 18 de setembro de 1963, a *Folha* publicou uma matéria com grande destaque, acerca das reivindicações dos sargentos, intitulada “República Socialista, meta dos sargentos” (p. 3), em que mostrava os perigos desse tipo de reivindicação.

Nesse momento, é importante contrapor uma pesquisa de opinião realizada pelo Ibope (Tab. 1). Ela mostra que os entrevistados possuíam uma posição diferente da apresentada pelo jornal. Evidentemente, o periódico destacou mais o levante que o direito de voto em si, mas, de forma geral, os meios de comunicação também apresentavam críticas às reivindicações.

Tabela 1: Resultado da pesquisa Ibope sobre reivindicações dos sargentos em 1963

P. 11: Na sua opinião a Constituição deve ser reformada para que os sargentos possam ser eleitos ou o Sr. (a) acha que os sargentos não devem ter esse direito?

	Total	Classe A/B Rica-Média	Classe C Pobre	Classe D Pobre inferior
A constituição deve ser reformada	57%	57%	60%	53%
Não devem ter esse direito	30%	31%	26%	35%
Não sabem	13%	12%	14%	12%

Ibope – Pesquisas Especiais Notação PE 054 MR0275. Pesquisa de Opinião Pública Realizada na Guanabara, 1º quinzena de outubro de 1963. Sem identificação de contratante. Sem indicação do número de entrevistados. Dados organizados pelo autor.

Para os entrevistados, a reivindicação era um direito justo, no entanto, para os militares, isso colocava em risco a essência das Forças Armadas e foi indicado por muitos dos seus integrantes como causa fundamental para a “revolução” de 1964. Para Ferreira, “Com a insurreição dos sargentos, a maioria dos jornais afastou-se do governo e aumentou suas críticas ao presidente. Intensificaram-se, em particular, as mensagens sobre o perigo do comunismo e o risco de cubanização do país” (2011, p. 364).

Logo após a Revolta dos Sargentos, um novo episódio da crise política: o pedido de decretação de estado de sítio feito por Goulart. Esta solicitação foi realizada no dia 4 de outubro de 1963, no entanto, três dias depois o presidente retirou o pedido.

A *Folha de S. Paulo* foi muito dura com a solicitação, inclusive indicava a possibilidade de uma pressão das esquerdas sobre Goulart, quando o presidente recuou:

Sempre se poderia argumentar que, reconhecendo o próprio erro e procurando corrigi-lo a tempo, qualquer autoridade se engrandece. Este argumento valerá no caso atual, sem dúvida, porém, com uma ressalva. Resta saber se o presidente da República se mostrou sensível aos argumentos do bom senso (...) ou se apenas, mais uma vez, se dobrou à vontade daqueles ajuntamentos espúrios que, tendo agitado o país até o máximo, sentiram que o estado de sítio lhes poderia ser fatal. (8 out. 1963, Editorial)

Para Ferreira, os ministros militares aconselharam Goulart a solicitar a decretação de estado de sítio, instrumento necessário para uma eventual intervenção na Guanabara, governada por Carlos Lacerda. No entanto, faltou apoio de todos, da direita, como esperado, e mesmo dos setores da esquerda, como do PCB, do governador Miguel Arraes, da UNE – temerosos de que as “as leis de exceção se voltassem contra elas e o movimento sindical” (2011, p. 368).

Além disso, o fantasma do comunismo continuava ganhando força, pelo menos nas páginas da *Folha*, como mostra o editorial a seguir:

Nos últimos tempos, o fenômeno (do comunismo) se agravou. Alguns ministros da Educação tentaram fazer da mocidade estudantil uma brigada a serviço do comunismo (...). Chegaram mesmo a preconizar a união de estudantes, sargentos e suboficiais e camponeses para implantar no Brasil as reformas de que muito se tem falado ultimamente. (12 jan. 1964, p. 4)

Esse editorial mostra a ideia, difundida pelo jornal, de que as reformas de base poderiam ser implantadas à força pelos grupos de esquerda; além disso, fortalece os boatos da possibilidade de uma “quebra institucional” por parte do governo, algo que já vinha se destacando na imprensa: “o argumento de que o presidente preparava um golpe foi mobilizado diversas vezes na imprensa, especialmente depois que Goulart solicitou ao Congresso a decretação do estado de sítio” (MARTINS; LUCA, 2006, p. 97).

Cabe destacar, nesse momento, uma pesquisa do Ibope que apresentava várias questões, das quais destacamos o tema do “comunismo”:

Tabela 2: Resultado da pesquisa Ibope sobre percepção do comunismo no Brasil em 1963

P: Consideram que o comunismo no Brasil está:

	Total	Classe A/B Rica-Média	Classe C Pobre	Classe D Pobre inferior
Aumentando	54%	57%	52%	48%
Diminuindo	16%	17%	18%	9%
Igual	2%	4%	2%	1%
Não sabem	28%	22%	28%	42%

Ibope – Pesquisas Especiais. Notação PE 061 MR0277 (pesquisa 7). Pesquisa de Opinião Pública Realizada em São Paulo 1 a 8 de fevereiro de 1964. Sem identificação de contratante. 500 entrevistados.

Podemos verificar que, de fato, existia a percepção da população de que o comunismo estava aumentando no Brasil, difícil definir, porém, a importância dos jornais no crescimento desse “medo comunista”. No entanto, cabe destacar que, em outra questão colocada, apenas uma minoria dos entrevistados acreditava que as esquerdas eram compostas por comunistas (16%). Não podemos desconsiderar, também, os altos índices (28%) de “não sabem” nessa questão, o que demonstra um desconhecimento do tema ou mesmo a não percepção do problema, como se ele não existisse. Apesar de relegada a uma espécie de limbo, a “não-resposta” (não sabe/não respondeu) pode revelar muitas coisas, por exemplo, desconhecimento do tema ou questões colocadas de forma confusa. Verificamos, nessas pesquisas, várias questões complexas, cruzando assuntos e respostas. Acreditamos que este alto índice de “não sabem”, sobre a expansão do comunismo, poderia indicar que a questão não era conhecida, ou relevante, para um grupo muito grande, sobretudo entre os mais pobres, em que esse índice alcança 42%. Para Bourdieu, este é um dos grandes problemas dessas pesquisas, entender o significado dessa “não-fala”, que nem sempre significaria de fato o “não sabem”. “Sabe-se que as não-respostas são a chaga, a cruz e a miséria dos institutos de pesquisa, que tentam por todos os meios reduzi-las, minimizá-las e mesmo camuflá-las.” (2004, p. 226)

As greves constantes também serviram de munição para os ataques do jornal. Constantemente Goulart era acusado de fomentá-las, além de apoiar os radicalismos com relação às reformas de base.

É que tem sido, durante os dois últimos anos de gestão do presidente João Goulart, estimulador incontestado dos movimentos grevistas a ponto de criar um clima que lhe favorece a deflagração mesmo quando ela não interessa à União. (*FSP*, 18 jan. 1964, Editorial, p. 4)

Uma pesquisa Ibope identifica uma tendência interessante sobre essas greves: como podemos observar na Tabela 3, a camada “pobre” achava que elas eram justas, enquanto entre os mais abastados os índices se invertem:

Tabela 3: Resultado da pesquisa Ibope sobre percepção das greves em 1963

P. 9: Na sua opinião, as greves que têm surgido ultimamente são greves justas, ou são injustas e sem cabimento?

	Total	Classe A/B Rica-Média	Classe C Pobre	Classe D Pobre inferior
Justas	36%	34%	42%	31%
Sem cabimento	46%	51%	34%	41%
Não sabem	18%	15%	24%	28%

Ibope – Pesquisas Especiais Notação PE 054 MR0275. Pesquisa de Opinião Pública Realizada na Guanabara, 1º quinzena de outubro de 1963. Sem identificação de contratante. Sem indicação do número de entrevistados. Dados organizados pelo autor.

Os militares, por sua vez, indicavam que esse era – além da “ameaça comunista” e da quebra de hierarquia – um dos graves problemas do momento que, inclusive, levava a população às ruas para exigir a intervenção dos militares.

Acordava-se em dúvida a respeito do fornecimento de energia elétrica e de gás de cozinha; saía-se de casa na incerteza de haver condução para ir e voltar; até as refeições diárias eram incertas, tanto pela questão da obtenção de artigos alimentícios como pelo seu preparo. (MOTTA, 2003, p. 256)

A situação econômica e as greves constantes acabaram contribuindo para o acirramento da crise política e, também, para o fortalecimento da ideia de um “golpe” das esquerdas ou de João Goulart.

A *Folha*, em editorial de 20 de fevereiro de 1964, voltou a destacar a possibilidade de um golpe articulado por Goulart: “é bem possível que, o plebiscito se destine a perguntar se o Sr. João Goulart deve ou não permanecer no poder ao término de seu mandato”. O plebiscito citado no editorial diz respeito à intenção de João Goulart de realizar um referendo popular acerca das reformas de base. A *Folha*, de forma irônica, suscita a hipótese de que o presidente estaria tentando testar sua popularidade. Além destes, vários outros editoriais e matérias se posicionaram contra a pretensa vontade de Goulart tentar a reeleição.

Indicando uma “mudança nos ventos”, a *Folha* passou a convocar as Forças Armadas para evitar esse “golpe” contra as instituições. No episódio do pedido de decretação de estado de sítio, conforme já apontamos, o jornal havia convocado os deputados para evitar um “golpe”. Os militares “ouviram” esse apelo da imprensa e também das “ruas”. Para Leônidas Pires Gonçalves – tenente-coronel em 1964 –, toda a mídia era contra Goulart, como indicava o “Basta!”², todos os jornais pediram para o Exército fazer algo, assim como a sociedade: “O povo pediu, o povo gritou para que nós fizessemos.” (*Apud* MOTTA, 2003, p. 87)

A própria possibilidade de reeleição, no entanto, não era mal vista por muitos eleitores. Segundo uma ampla pesquisa realizada pelo Ibope (Tab. 4), a maioria dos entrevistados aceitava esta possibilidade e, em Porto Alegre, mais de 50% votariam em Goulart caso ele pudesse ser candidato. Assim, o “apelo popular” que o coronel relata não foi tão amplo assim, pelo menos se tomarmos como correta a tendência apontada por essa pesquisa do Ibope:

2 Título do famoso editorial do jornal carioca *Correio da Manhã*, do dia 31 de março. No dia seguinte, o jornal publicou outro editorial importante: o “Fora”.

Tabela 4: Resultado da pesquisa Ibope sobre possível reeleição de Goulart em 1964

P: Se o Presidente João Goulart também pudesse candidatar-se à Presidência:

	Votariam nele	Não votariam	Não Sabem
Fortaleza	57%	34%	9%
Recife	60%	28%	12%
Salvador	59%	32%	9%
Belo Horizonte	39%	56%	5%
Rio de Janeiro	51%	44%	5%
São Paulo	40%	52%	8%
Curitiba	41%	45%	14%
Porto Alegre	52%	44%	4%

Ibope – Pesquisas Especiais Notação PE 060 MR0277. Pesquisa de Opinião Pública realizada entre 9 e 26 de março de 1964, em várias cidades, com 500 entrevistados em São Paulo e Rio de Janeiro e 400 nas demais cidades. Dados organizados pelo autor.

Esses índices indicavam uma provável vitória de Goulart. Evidentemente são conjecturas, pois sua candidatura teria de ser discutida – tanto no seu aspecto político quanto legal –, mas era uma possibilidade muito forte no horizonte político do período.

Outro problema enfrentado pelo presidente esteve relacionado às suas propostas de reformas de base. Em 13 de março de 1964, ocorreu na Guanabara um grande comício de apoio às reformas que acabou, em certa medida, marcando definitivamente a guinada de Goulart à esquerda. As críticas da imprensa foram contundentes.

Mais uma vez, algumas pesquisas de opinião (Tab. 5 e 6) indicam que os entrevistados, independentemente de sua posição social, tinha uma posição diferente daquela apresentada pelo jornal:

Tabela 5: Resultado da pesquisa Ibope sobre apoio à reforma agrária em 1964

P: Com relação à reforma agrária, são:

	Total	Classe A/B	Classe C	Classe D
A favor	67%	67%	67%	66%
Contra	12%	13%	11%	9%
Não sabem	21%	20%	22%	25%

Ibope – Pesquisas Especiais Notação PE 061 MR0277. Pesquisa de Opinião Pública realizada entre 1 e 8 de fevereiro, em São Paulo, com 500 entrevistados, sem indicação de contratante. Dados organizados pelo autor.

Na pesquisa nacional, também verificamos esse grande apoio às reformas de base em outras partes do país. Esses números – que atingiram 82% de apoio no Rio de Janeiro – mostram que as visões de jornais, militares e opinião pública sobre o tema eram bem distintas:

Tabela 6: Resultado da pesquisa Ibope sobre necessidade da reforma agrária em 1964

P: Consideram que a realização da reforma agrária é:

	Necessária	Desnecessária	Não Sabem
Fortaleza	68%	13%	19%
Recife	70%	7%	23%
Salvador	74%	9%	17%
Belo Horizonte	67%	16%	17%
Rio de Janeiro	82%	9%	9%
São Paulo	66%	13%	21%
Curitiba	61%	11%	28%
Porto Alegre	70%	17%	13%

Ibope – Pesquisas Especiais Notação PE 060 MR0277. Pesquisa de Opinião Pública realizada entre 9 e 26 de março de 1964, em várias cidades, com 500 entrevistados em São Paulo e Rio de Janeiro e 400 nas demais cidades. Dados organizados pelo autor.

Para o jornal, o discurso de Goulart sobre as reformas era apenas um mecanismo utilizado para encobrir a incapacidade administrativa do governo:

Temos presenciado muitas propostas de reforma que não passam de bombásticos discursos ou irresponsáveis plataformas concebidas para encher os olhos com fáceis promessas, porém, totalmente divorciadas das necessidades do meio. (FSP, 2 jan. 1964, Editorial)

Outra pesquisa do Ibope (Tab. 7), no entanto, indicava que os entrevistados não viam como demagógicas as ações do presidente João Goulart:

Tabela 6: Resultado da pesquisa Ibope sobre reformas propostas pelo governo em 1964

P: Qual destes modos de pensar está mais de acordo com sua opinião sobre estas últimas medidas do presidente João Goulart?

	Total	Classe A/B Rica-Média	Classe C Pobre	Classe D Pobre inferior
São medidas demagógicas, que procuram apenas aumentar o prestígio do sr. João Goulart e do PTB	10%	15%	7%	4%
São medidas de real interesse para o povo e para o país	55%	51%	56%	60%
São medidas que procuram criar condições para o estabelecimento de um regime comunista no Brasil	16%	22%	13%	8%
Não sabem	19%	12%	24%	28%

Ibope – Pesquisas Especiais Notação PE 060 MR0277. Pesquisa realizada nas cidades de São Paulo (500 entrevistados); Araraquara (300 entrevistados) e Avai (150 entrevistados), entre 20 e 30 de março de 1964, encomendada pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Nesse quadro indicamos apenas os dados da cidade de São Paulo. Dados organizados pelo autor.

Esses dados mostram que entre os mais pobres o apoio era maior, mas mesmo entre os grupos mais abastados não era forte a ideia de “ação demagógica” ou do início da implantação do comunismo no país. Mais uma vez, as “vozes” são dissonantes.

Para Ferreira, “O Comício de 13 de março unificou os conspiradores de direita, civil e militares, em suas ações para depor o presidente, e também atuou entre os liberais, lançando entre eles sérias desconfiças sobre as reais intenções de Goulart” (2011, p. 429). Assim, setores da classe média e da burguesia saíram às ruas para pedir o impedimento do presidente. A Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade – ocorrida em São Paulo, em 19 de março – foi uma resposta ao comício pelas reformas da Guanabara. Essa manifestação também foi vista como um clamor popular contra uma “crise moral”.

A acusação/constatação da crise moral, portanto, pode servir a diversos fins. Serviu, por exemplo, para justificar o golpe de 1964. Foi constante o recurso de tal noção, segundo a qual março de 1964 veio para restaurar o primado dos “valores éticos e morais do ocidente cristão”. Emblemática, nesse sentido, foi a famosa Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, na qual se podiam ver a revolta e a indignação difusas da classe média, setor social especialmente presente no ato. (FICO, 1997, p. 43)

A manchete da *Folha*, no dia seguinte à “marcha” – “São Paulo parou ontem para defender o regime” – indicava isso: a população estava disposta a defender seus valores éticos e morais colocados em risco pela incompetência – e mesmo anuência – do governo.

Em 26 de março de 1964, ocorreu no Rio de Janeiro a Revolta dos Marinheiros. Muitas vezes apontada como a causa do golpe de 1964, nada mais foi do que a “gota d’água” de um movimento golpista que já vinha caminhando a passos largos. A *Folha* se colocou ao lado da “ordem”, criticando a revolta e a postura de Goulart: “A solução dada pelo presidente da República à crise da Marinha de Guerra tem todas as características de uma capitulação. A indisciplina saiu vitoriosa e aos indisciplinados só falta conceder medalha de honra ao mérito.” (29 mar. 1964, Editorial)

Nos dias seguintes a situação ficaria cada vez mais tensa. Em 30 de março, o discurso radical de Goulart aos sargentos, no Automóvel Clube (RJ), trouxe novas críticas da imprensa:

Se infeliz foi o comício do dia 13 de março (...) mais infeliz ainda foi a manifestação presidencial de anteontem, em que o sr. João Goulart parece haver desejado lançar um desafio a toda a oficialidade das corporações militares. (FSP, 1 abr. 1964, Editorial)

Esse discurso, transmitido pela televisão, acabou contribuindo para antecipar o golpe que deveria ocorrer no dia 2 de abril. Em Minas Gerais, no dia 31 de março, o general Mourão Filho colocou sua tropa em marcha em direção ao Rio de Janeiro. A partir desse momento, as adesões de militares legalistas ao movimento se ampliaram de forma considerável. Segundo Ferreira, “a maioria da oficialidade das três forças, até então relutante em golpear as instituições, começou a ceder aos argumentos da minoria golpista. Para eles, estava em risco a própria corporação militar” (2011, p. 453).

Não nos parece razoável, porém, imaginar que essa oficialidade, de forma geral, tenha sido “manipulada” por notícias veiculadas pela imprensa. A sensação de indisciplina e caos era muito forte. Provavelmente, as notícias alarmantes ou exigindo uma posição dos militares tenham exercido um papel importante, não no sentido de formação de opinião, mas, sim, para dar respaldo e legitimidade à intervenção militar.

Após o golpe, no dia 2 de abril, a *Folha*, em editorial, justificou e explicou a queda do presidente: “São claros os termos do manifesto do comandante do II Exército. Não houve rebelião contra a lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a proteger a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.”

Com a subida de Castello Branco ao poder, o jornal, em editorial intitulado “O presidente de todos”, não poupou elogios ao novo líder do governo:

A nação ouviu ontem do presidente da República, na solenidade de sua posse, as palavras que desejava ouvir (...). É com satisfação que registramos ter seu discurso de posse reafirmado todas as nossas expectativas e revigorado a nossa esperança de que uma nova fase realmente se descerrou para o Brasil. (16 abr. 1964)

Outro editorial, da *Folha*, muito interessante foi o intitulado “O sacrifício necessário”:

Nossas palavras dirigem-se hoje, de maneira muito especial, a todos aqueles que entendem (...) que para a redenção da pátria se torna preciso dar mais do que trabalho de todos os dias e a confiança (...). Dirigem-se aos que se acham dispostos ao sacrifício de interesses, de bens, de direitos, para que a nação ressurgja quanto antes, plenamente democratizada. (21 abr. 1964, grifos meus)

É interessante observar a mudança no discurso editorial da *Folha*. Durante o governo Goulart, o jornal atacava o presidente que, supostamente, era uma ameaça aos direitos legais. Após o golpe militar, o jornal passou a defender a necessidade de suprimir direitos constitucionais para, paradoxalmente, contribuir com a democracia.

Diante do exposto, é inegável que houve um árduo trabalho por parte do jornal, na tentativa de desestabilizar o governo Goulart. Mas parece que este trabalho não foi suficiente para formar uma opinião pública consistente contra o governo e, sobretudo, contra suas propostas de reformas de base.

Se a manipulação fosse realmente o fantasma poderoso que dizem ser, a sociedade seria apenas uma espécie de curral dominado por capatazes maquiavélicos. (...) O poder da manipulação vem sendo exacerbado tanto pelos seus críticos como pelos seus aproveitadores. Os primeiros enxergam acordos de cúpula secretos para dominar corações e mentes – expressão que lhes é muito cara – sem que os corações e mentes se dêem conta do que acontece em sua volta. (...) Já os aproveitadores querem tirar vantagem da possibilidade de manipulação: acreditam que podem enganar ininterruptamente os cidadãos com suas mentiras recorrentes. (BUCCI, 2000, p. 177)

De fato, é difícil acreditar que os meios de comunicação tenham esse poder absoluto de manipulação. O leitor é capaz de repensar a notícia, de aceitar ou recusar informações em função da sua própria história, de suas crenças, de suas expectativas. Como já apontamos, o jornal teria de fato algo a dizer, com muita propriedade, apenas aos seus “leitores”, àqueles que já compartilham as opiniões desse jornal. Nesse sentido, e as pesquisas de opinião analisadas indicam isso, temos uma crítica maior ao governo Goulart entre os grupos mais abastados.

Assim, a imprensa foi importante, sobretudo, para reforçar um pensamento que já existia em alguns grupos. Isso não significa, porém, reduzir suas responsabilidades, afinal, os meios de comunicação foram utilizados como fonte fundamental para legitimar a ação militar, pois sempre se apresentaram como porta-vozes da opinião pública.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BUCCI, E. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge. *Jango*. Uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- FOLHA DE S. PAULO. Acervo disponível em: <<http://acervo.folha.com.br>>, acessado em 20 maio. 2014.
- FUNDAÇÃO Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe. IPC dados de inflação. Disponível em: <<http://www.fipe.org.br/web/index.asp>>, acessado em 20 maio. 2014.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Dados do PIB. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/contas-nacionais>>, acessado em 20 maio. 2014.
- FUNDO IBOPE – Arquivo Edgard Leuenroth – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas.
- LUCA, Tania R. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSK, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARTINS, A. L.; LUCA, T. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- MOTTA, Aricildes M. (Org.). *31 de março: o movimento revolucionário e a sua história t. 1*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editoria, 2003.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTA, Rodrigo P. S. (Org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: Edusc, 2004.